

Barqueiros do tocantins e a usina hidrelétrica estreito: a (in) sustentabilidade do turismo local

Boatmen of tocantins and the estreito hydroelectric power plant: the (un) sustainability of local tourism

Barqueros de tocantins y el estrecho central hidroeléctrica: la (in) sostenibilidad del turismo local

Ana Daisy Araújo Zagallo
Universidade Federal do Tocantins
anadaisy@uft.edu.br

Marina Hainzenreder Ertzogue
Universidade Federal do Tocantins
marina@uft.edu.br

Resumo

No presente artigo tratamos da concepção de turismo local sustentável e perspectivas socioeconômicas voltadas para o desenvolvimento regional. Expomos também a falácia do turismo como mitigador dos impactos socioambientais decorrentes das grandes obras hidrelétricas. Por fim, apresentamos os resultados de pesquisa realizada com barqueiros da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia, no Tocantins, impactados pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA/TO) cujas representações refletem a insustentabilidade do turismo local pós-barragem na região, bem como os efeitos da exclusão social e espacial da categoria com perdas de postos de trabalhos e a extinção gradual de uma atividade exercida no rio Tocantins antes da formação do lago, envolvendo turismo local, sazonal e sustentável em praias naturais.

Palavras-chaves: Usina Hidrelétrica Estreito. Barqueiros. Turismo. Insustentabilidade.

Abstract

In this article we deal with the conception of sustainable local tourism and socioeconomic perspectives towards regional development. We also expose the fallacy of tourism as a mitigator of social-environmental impacts arising from great hydroelectric works. Finally, we presented the results of research conducted with boatmen of the Boatmen Association of Babaçulândia, in Tocantins, impacted by hydroelectric power plant of Estreito (MA/TO) whose representations reflect the unsustainability of local tourism after the dam in the region, as well as the effects of social and spatial exclusion of the category with job loss and the gradual extinction of an activity carried on in the Tocantins River before the formation of the lake, involving local, seasonal and sustainable tourism in natural beaches.

Key words: Estreito Hydroelectric Power Plant. Boatmen. Tourism. Unsustainability.

Resumen

En este artículo nosotros diseñar perspectivas socioeconómicas hacia el desarrollo regional y turismo local sostenible. Exponemos también la falacia de la mitigación del turismo impactos ambientales derivados de las presas de grandes obras. Finalmente, presentamos los resultados de investigación realizada con barqueros barqueros de Babaçulândia, en Tocantins, impactado por la planta hidroeléctrica de Estreito (MA/a) cuyas representaciones reflejan la insostenibilidad del turismo local pós-parque en la región, así como los efectos de la exclusión social y espacial de la categoría con la pérdida de puestos de trabajo y la extinción gradual de una actividad realiza en el

río Tocantins antes de la formación del lago, que implica el turismo local, estacional y sostenible en playas naturales.

Palabras clave: Presa hidroeléctrica estrecho. Barqueros. Turismo. Insostenibilidad.

Introdução

Não por acaso o turismo é considerado uma das forças econômicas mais poderosas da atualidade, pois movimentava 10% da atividade da economia mundial (WTTC, 2015), criando mercados, gerando consumo, renda e fomentando o desenvolvimento de países, regiões e municípios.

Esse desempenho tão significativo levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a proclamar 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, reconhecendo o potencial dessa atividade no enfrentamento da pobreza, na promoção da compreensão recíproca e no diálogo intercultural, pautas fundamentais na missão da Unesco.

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003, p. 24) define como turismo sustentável aquele que “[...] atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”. Ampliando o conceito, a entidade compreende o turismo como

[...] um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (2003, p. 24).

Com esse atributo, o Turismo tornou-se um setor estratégico na busca pelo Desenvolvimento Sustentável (DS), um modelo de crescimento econômico reconhecido pela ONU no Relatório Brundtland (1991) como um processo de mudança cujas alterações nas formas de consumir os recursos e de administrar as intervenções devem ser orientadas de modo a atender às necessidades do presente e garantir as necessidades das gerações futuras.

Assim como o paradigma do Desenvolvimento Sustentável, o turismo sustentável enfrenta críticas quanto à sua efetividade, uma vez que compatibilizar crescimento econômico e conservação dos recursos naturais revelou-se uma tarefa hercúlea diante do desafio de transformar a cultura de consumo própria do estilo de vida da sociedade contemporânea que, ameaçada pelos problemas ambientais globais, adotou a sustentabilidade como resposta para o colapso iminente, colocando-a no topo da agenda mundial.

Como tema de interesse geral, mas também de grupos e classes específicas, o Desenvolvimento Sustentável e sua premissa básica – a sustentabilidade – foi incorporado a

diversos discursos, muitas vezes antagônicos, que buscam influenciar as decisões dos múltiplos atores sociais na direção de suas conveniências econômicas, político-ideológicas.

Num campo de forças, o discurso da sustentabilidade pode servir a diferentes propósitos, dependendo da intencionalidade, pois, à medida que o debate da sustentabilidade “[...] vai se tornando mais complexo e é difundido socialmente, ele vai sendo apropriado por diferentes forças sociais que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares”. (LIMA, 2003, p. 107).

Tendo como ponto de partida a condição de exclusão social e econômica da população atingida pela Usina Hidrelétrica de Estreito no município de Babaçulândia (TO), nosso objetivo foi demonstrar, a partir das representações dos barqueiros da ABB-TO, a insustentabilidade da atividade turística local após a formação do lago do reservatório da UHE Estreito, no Tocantins, desconstruindo-se, assim, o falacioso discurso do turismo como mitigador dos efeitos socioambientais da usina no município, tão propalado pelo Ceste, consórcio empreendedor da UHE.

A pesquisa de campo foi iniciada em março de 2015 e se estendeu até outubro de 2017, com a observação *in loco* e a realização de entrevistas junto aos barqueiros da ABB-TO. Nessa pesquisa de campo *ex-post-facto*, quando os dados são coletados após ocorrência do fato representado (no caso, a atividade turística no município de Babaçulândia), pode-se evidenciar a relação entre as causas (a implantação da UHE Estreito) e os efeitos (a descaracterização da paisagem e do modo de vida ribeirinho, declínio do turismo, obsolescência dos barqueiros) de um fato ou fenômeno.

Sendo a principal característica deste tipo de estudo, a coleta de dados após a ocorrência dos eventos, a pesquisa *ex-post-facto* é utilizada quando há impossibilidade de aplicação da pesquisa experimental, pelo fato de nem sempre ser possível manipular as variáveis necessárias para o estudo da causa e do seu efeito.

Durante a realização das entrevistas, os participantes, barqueiros associados à ABB-TO, foram motivados a expressar-se sobre o desenvolvimento turístico atual, ancorando-se nas suas próprias vivências e na conjuntura socioeconômica do município, antes e depois da formação do lago da UHE Estreito, para expor suas representações e realizar objetivações com imagens das práticas sociais anteriores, projetando expectativas para, com base nesses saberes, representar o turismo local.

A área do estudo situa-se no município de Babaçulândia, região norte do Estado do Tocantins, distante 435 km de Palmas, a capital. Babaçulândia ocupa uma área de 1.788 Km². Integra o bioma Cerrado e limita-se ao norte com os municípios de Darcinópolis e Wanderlândia, a oeste com o município de Araguaína, ao sul com o município de Filadélfia e, ao leste, com o Rio Tocantins, divisa com o Estado do Maranhão.

Desde a construção da UHE Estreito (MA/TO), a população de Babaçulândia-TO, tem enfrentado as transformações ambientais, econômicas e sociais que alteraram significativamente sua relação com o rio, os modos de vivê-lo e percebê-lo, especialmente com a perda da Praia do Coco que movimentava o turismo sazonal, gerando trabalho e renda à economia local. E na condição de município atingido por hidrelétrica, vive uma transição turística que afetou sobremaneira sua sustentabilidade socioambiental.

Turismo local e desenvolvimento sustentável

Para Leff (2001), a concretização dos princípios e estratégias do desenvolvimento sustentável é mais complexa e vai além da mera incorporação de uma dimensão ambiental nos paradigmas econômicos, dos instrumentos do planejamento e das estruturas institucionais que sustentam a racionalidade produtiva vigente.

O autor reforça que o desenvolvimento sustentável não se restringe a compatibilizar desenvolvimento e conservação, mas induz a refletir sobre um desenvolvimento alternativo que agregue natureza e cultura como forças produtivas, criando uma nova racionalidade. Nesse sentido, a noção de turismo sustentável deve extrapolar o discurso estritamente econômico que predomina sobre a atividade. De acordo com Hanai (2011, p. 224),

As aspirações de sustentabilidade na atividade turística conduzem a uma nova forma de pensar a abordagem do fenômeno complexo do turismo, inserindo e incorporando os princípios éticos e propósitos do desenvolvimento sustentável em sua performance.

Bursztyn (2009) pondera que quando se imaginam as atividades turísticas como meios de promover o desenvolvimento numa região, devem-se criar condições que induzam à superação dos fatores que limitam as decisões e as oportunidades de pessoas e comunidades cujos modos de vida são transformados pela interferência das novas práticas.

No contexto da sustentabilidade, o turismo, que se apropria do espaço como matéria-prima, deve transformá-lo de um modo que conserve seu patrimônio material e cultural, beneficiando a localidade com o aproveitamento dos seus recursos humanos, valorizando a cultura nativa, criando emprego e gerando receitas públicas que produzam efeitos na economia de uma região. Afinal, como afirma Butler apud Partidário (1999, p.81),

Turismo sustentável é o turismo que se desenvolve e mantém numa área (ambiente, comunidade) de tal forma e a uma tal escala que garante a sua viabilidade por um período indenizado de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe e sem pôr em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras atividades e processos.

Contudo, promover o desenvolvimento sustentável do turismo numa localidade passa, necessariamente, pela compreensão do que vem a ser desenvolvimento local: aquele ocorre em pequenas localidades, em escala humana e de forma endógena, permitindo a participação da população autóctone para promover mudanças estruturais em benefício próprio.

Barquero (2001) reforça que o desenvolvimento endógeno busca atender às necessidades e demandas locais por meio da participação ativa da população envolvida, pois mais do que obter lucros, o objetivo é alcançar o bem-estar econômico, social e cultural do conjunto da comunidade. Assim, “[...] além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade”. (BARQUERO, 2001, p. 39).

Para Barquero (2001, p. 57), “[...] localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento”.

O segmento do turismo se aproxima do paradigma do desenvolvimento endógeno sustentado porque, como entende Amaral Filho (1995), o turismo consegue conjugar itens decisivos para o desenvolvimento local e regional:

- (I) Forças socioeconômicas, institucionais e culturais locais;
- (II) Grande número de pequenas e médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores;
- (III) Flexibilização;
- (IV) Alto grau de multiplicação da renda local;
- (V) Indústria limpa;
- (VI) Globalização da economia local, através do fluxo de valores e informações nacionais e estrangeiros, sem que essa globalização crie um efeito “trade-off” em relação ao crescimento da economia local. (AMARAL FILHO, 1995, p. 602).

Coriolano (2009) explica que no turismo de base comunitária, as comunidades se organizam em arranjos produtivos locais para deter o controle efetivo de seus territórios e das atividades turísticas neles realizadas. E de forma sistêmica, nesses arranjos produtivos locais as “[...] forças sociais cooperam com as econômicas” (Marshall, 1982, p. 234), estabelecendo a ponte para uma distribuição mais equilibrada do trabalho e da renda.

As atividades turísticas comunitárias são associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo mais sustentável. Prioriza a geração de trabalho para os residentes, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da

participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens. (CORIOLANO, 2009, p. 68).

O turismo comunitário não é um segmento, mas uma forma de desenvolvimento que vem sendo referenciada por múltiplas denominações: turismo solidário, responsável, sustentável, ecoturismo de base comunitária etc. Na ausência de uma definição consensual pode ser entendido com o “[...] turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade”. (WWF, 2003. p.23).

Nesse sentido, a sustentabilidade turística de pequenas localidades, especialmente das comunidades tradicionais, teria mais chance de ser alcançada nos moldes de desenvolvimento comunitário. Todavia, paradoxalmente, essa ideia parece não contemplar essas comunidades, pois “[...] quando se fala em um Arranjo Produtivo Local, deve-se considerar, em primeiro lugar, a existência de uma aglomeração de um número de empresas que atua em torno de uma atividade produtiva principal”. (CARDOSO, 2014, p. 7).

Em que pese a ausência dessa aglomeração de empresas nos arranjos produtivos locais das comunidades tradicionais cuja produção, baseada em no plantio, criação, caça, pesca, extrativismo, artesanato, “[...] está associada a relações de parentesco e compadrio e são baseadas em relações de troca e solidariedade entre famílias, grupos locais e comunidades” (MPMG, S/D, p. 13), essa realidade não pode ser determinante ou impeditiva para o desenvolvimento local, mas representa um limite a ser considerado no contexto do turismo sustentável. Ademais, “[...] ao contrário dos demais empreendimentos coletivos, o Arranjo Produtivo Local-APL não se constitui sob a forma de pessoa jurídica ou é determinado por um contrato” (CARDOSO, 2014, p. 7).

Cabe ressaltar também que a produção desses povos e comunidades é marcada por ritmo e lógica próprios. Muitas vezes queremos imprimir outros ritmos e lógicas aos processos produtivos de tais comunidades, sem considerar que elas são estruturadas com base nos princípios de autonomia e liberdade, o que não combina com a completa subordinação ao mercado ou a qualquer outro padrão. (MPMG, S/D, p. 14).

O desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais deve considerar a possibilidade do choque cultural, pois ao se concretizar a atividade vai, inevitavelmente, transformar para sempre o estilo de vida local, podendo contrapor-se à ideia de conservação dessas comunidades (MONTEIRO, 2013). Como esclarece Tavares (2009, p. 254):

Todos os caminhos conduzem a uma percepção nítida de que a exploração turística dos recursos ambientais revela em primeiro lugar a prestação de um

serviço, cujo objetivo final é, sem dúvida, o lucro, mas também, a uma percepção de que não se pode reduzir exclusivamente à mercadologia a vida das populações, principalmente das tradicionais, a qual se assenta em alicerces mais profundos.

Embora a participação da comunidade seja condição *sine qua non* para o desenvolvimento do turismo numa região, sua sustentabilidade vai além da colaboração dos moradores. Mostra-se imperativo que se garanta o acesso à água tratada, rede de esgoto, energia elétrica, educação, saúde, segurança e lazer à população residente para que o estilo de vida local seja atraente aos turistas.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2005) preconiza que as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são compatíveis com todas as modalidades de turismo em todas as categorias de destinos, abrangendo o turismo massivo e os diferentes segmentos turísticos.

Nesse escopo, o turismo sustentável deve otimizar o uso dos recursos ambientais; respeitar a originalidade sociocultural das comunidades receptoras e conservar o seu patrimônio arquitetônico cultural e vivo, bem como seus valores tradicionais, contribuindo para o entendimento e a tolerância intercultural; garantir uma atividade econômica viável de longo prazo, com a distribuição equitativa dos benefícios socioeconômicos e, contribuir para a redução da pobreza.

Para alcançar esses propósitos, a OMT estabelece a necessidade de criação e aplicação de indicadores de sustentabilidade como elementos essenciais ao processo de planejamento e gerenciamento turístico, tornando possível monitorar de forma consistente as constantes transformações, com vista a orientar e alterar, caso necessário, as políticas públicas para o turismo.

Os indicadores devem ser instrumentos capazes de avaliar uma questão ambiental de modo integrado, associando as dimensões econômica, ambiental e social numa determinada comunidade, sendo importantes referências para a identificação de problemas e a definição de diretrizes, auxiliando na tomada de decisão em políticas públicas e investimentos privados, pois avaliam condições e apontam tendências. “São componentes que fornecem informações indispensáveis para a compreensão do mundo, para tomada de decisões e para planificação de ações”. (MEADOWS, 1998, p. 1).

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2005) elencou cinco critérios para a seleção dos indicadores de sustentabilidade turística: relevância, viabilidade de obtenção e análise; credibilidade e confiabilidade da informação; clareza e facilidade de interpretação; e comparabilidade temporal e regional.

Embora a OMT saliente que os indicadores de sustentabilidade turística devem ser selecionados conforme as prioridades locais, a entidade aponta 12 indicadores básicos para a

avaliação da sustentabilidade turística: satisfação local com o turismo; efeitos do turismo sobre a comunidade local; satisfação do turista e sua manutenção; sazonalidade do turismo; benefícios econômicos do turismo; gestão energética; disponibilidade e conservação dos recursos hídricos; qualidade da água potável; tratamento de esgoto; gestão de resíduos sólidos; ordenamento do desenvolvimento local; controle da intensidade de uso dos recursos locais pelo turismo.

Contudo, os indicadores não são aplicáveis a toda e qualquer localidade, pois como afirmam Camino e Müller (1993) não há universalidade nos indicadores que tampouco abarcam todas as dimensões de uma realidade. Assim como os signos, “[...] os indicadores apresentam um modelo empírico da realidade, não a própria realidade” (SEPÚLVEDA, 2005, p. 236). Para Santos,

De modo geral, os sistemas de indicadores não conseguem abranger a complexidade que o desenvolvimento sustentável apresenta, de maneira que compreendem o fenômeno de forma pontual e incompleto. Além disso, os modelos não levam em consideração a participação dos atores sociais locais, sendo selecionados indicadores pelos pesquisadores e aplicados a localidade sem ao menos a escolha e ponderação dos atores locais. (2013, p. 50).

No entendimento de Hanai (2012, p. 224), a consolidação da atividade turística como responsável e ambientalmente adequada depende de um planejamento integrado ao desenvolvimento regional, com participação ativa da comunidade local em todo o processo, seja na definição dos objetivos, elaboração de instrumentos, procedimentos e indicadores de sustentabilidade, bem como na gestão local do turismo.

Nessa perspectiva, Cruz (2008) reforça que é imprescindível fortalecer a comunidade, criando uma rede de cooperação que possibilite a negociação interna e externa para que as decisões sejam baseadas no âmbito econômico e institucional de modo que as empresas locais tenham condições favoráveis de aporte de recursos, criação de serviços e de competitividade em níveis local e regional (CRUZ, 2008).

De acordo com Coriolano *et al* (2009), as variáveis e o significados de (in) sustentabilidade são naturalmente abertos a flexibilidades, adaptações, considerando-se que o conhecimento é fruto de uma cultura dada, “[...] a qual, por sua vez, alimenta-se do repertório de noções, crenças, linguagens.” Por isso, categorizar um fenômeno de (in) sustentável para o autor significa, antes, construir um pensamento capaz de detectar as falhas, “[...] as contradições de todas as tentativas de redução da própria categoria (in) sustentabilidade e sua impotência diante das tentativas de generalização e definições acerca dos fenômenos sociais”. (CORIOLANO, 2009, p. 43).

Se a avaliação da (in) sustentabilidade turística, *per si*, já é complexa, posto que aborda múltiplos aspectos do desenvolvimento local, sua mensuração torna-se ainda mais complexa no

âmbito questão hidroenergética, em que turismo e hidrelétrica não só disputam o mesmo espaço no uso múltiplo dos recursos hídricos, como produzem representações desse conflito.

Nesses termos, para avaliar a sustentabilidade do turismo numa comunidade tradicional atingida por barragem, deve-se ter como meta principal verificar se a atividade está, de fato, promovendo a melhoria das suas condições de vida, com reconhecimento e proteção de seus valores e culturas, pois diferente das demais atividades econômicas impactadas pela hidrelétrica, como a agricultura de subsistência, o extrativismo e a pesca que movimentam pequenos grupos sociais, o turismo integra um sistema mais amplo que abrange o local e o global.

Azzoni (1993) ressalta que só há desenvolvimento turístico quando se permite a integração entre outros setores, reforça a economia local e melhora a qualidade de vida das pessoas em regiões atrasadas, ou seja, a atividade turística passa a representar um fator de crescimento quando seus efeitos permitem a superação das condições de atraso econômico regional, tornando-se inclusiva.

Nessa perspectiva, o turismo sustentável, baseado num modelo de desenvolvimento social que possibilita imprimir certa autonomia a pequenas localidades, consiste numa atividade de natureza endógena que busca uma organização participativa, valorizando a população nativa com a concretização de ações pautadas em indicadores socioculturais e não estritamente econômicos.

Assim, quando se fala em turismo como fator de inclusão, não se está referindo apenas à questão da acessibilidade ou inserção das classes menos favorecidas aos produtos e serviços turísticos, mas também à melhoria das condições de vida da população residente de modo a diminuir o abismo socioeconômico e cultural entre turistas e residentes. Daí a importância de se analisar o turismo pela ótica dos moradores, pois suas opiniões contêm informações que podem auxiliar na compreensão das atitudes e valores ambientais da comunidade.

Considerando que “[...] a atividade turística não só tem repercussões psicossociais a nível individual ou de grupo, mas também no conjunto da sociedade” (MONTEJANO, 1996, p. 62), as representações sociais da comunidade autóctone sobre o turismo podem constituir um dado qualitativo da realidade socioambiental, fator de relevância para o desenvolvimento sustentável do turismo que, por sua complexidade e alcance, “[...] não é e nem pode ser visto apenas como uma atividade econômica. É também uma atividade carregada de signos, representações, resistência e de valores sociais”. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, prefácio).

No que diz respeito à avaliação da sustentabilidade do turismo, questão diretamente relacionada ao foco desta pesquisa, salienta-se que mesmo não tendo como objetivo avaliar o desenvolvimento do turismo local por meio da aplicação de indicadores, mas compreender seu significado para os ribeirinhos atingidos por uma hidrelétrica, nesta tese as representações sociais são reconhecidas como um indicador qualitativo da sustentabilidade turística, pois são legítimos

conhecimentos socialmente produzidos e partilhados pela comunidade que refletem não só o pensamento coletivo, mas uma realidade latente.

A insustentabilidade do turismo pós-barragem

Os impactos socioambientais gerados por empreendimentos hidrelétricos, além do desalojamento das populações ribeirinhas, podem ser resumidos em duas palavras: perdas e exclusão. Dito de outra forma, a compensação se dará pelo estabelecimento de um novo local de moradia, estrutura, águas, luz e saneamento, segundo o planejado. Todavia, todos estes elementos, “[...] representativos de um outro padrão de vida, e por estarem ausentes do universo ribeirinho, são colocados como elementos compensatórios de perda daqueles que são irreversíveis como, por exemplo, o acesso à beira do rio” (REBOUÇAS, 2000, p. 29).

Uma situação análoga evidencia-se com os barqueiros que, como ribeirinhos, são expropriados da sua atividade econômica e excluídos da nova dinâmica que se estabelece com a construção de usinas hidrelétricas. A perda de referenciais não se dá apenas em relação ao espaço físico, mas, como atesta Rebouças (2000, p. 29), atinge também a dinâmica das relações sociais e econômicas, sendo que “[...] a maioria das análises apontam para a dificuldade da retomada das atividades produtivas”.

Nessa perspectiva apontada por Rebouças, destacamos o depoimento do presidente da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia. Na entrevista, Sebastião Neto falou sobre as expectativas criadas pelo Consórcio Estreito Energia, empreendedor da UHE Estreito, da barragem, na etapa de negociações, e a realidade depois do enchimento do lago, em 2011.

A gente tinha muitos planos assim, de tocar outro meio de vida, mas a compensação foi pouca demais que não deu nem pra comprar nada. Agora, o que eu vejo aí? De toda forma, que diz que o turismo vai [prosperar] e a gente tenta e as coisas não funcionam para os barqueiros. Nunca teve jeito pra funcionar (Entrevistado em 14 out. 2016).

Em Babaçulândia, a associação dos barqueiros, fundada em 20 de abril de 2001, contava 42 sócios, proprietários de barcos que transportavam turistas para a Praia do Coco, entre junho e agosto. A praia natural recebia centenas de turistas da região norte e Goiás. Depois da inauguração da usina evidenciou-se a decadência dessa atividade. Em 2016, apenas 16 barqueiros faziam parte da associação.

O movimento na alta temporada da Praia do Coco, antes de 2011, segundo o relato de um dos barqueiros da ABB-TO, e a queda do turismo pós-barragem:

Eram umas quarenta barcas e umas vinte voadeiras. Depois tinha ali vinte e poucas voadeiras e um barco de madeira. Agora mudou, acabou. O

barqueiro não recuperou mais porque é caro pra recuperar um barco, manter ele. Outros venderam baratinho, quase deu, aí levaram pro rio Araguaia. Quem tinha um barco há muitos anos e vivia do barco, [Depois da barragem] teve que vender barato, né? (A. P. O., barqueiro, entrevistado em 27 mar. 2015).

Com o enchimento do lago artificial da UHE Estreito (2010) e a remodelação da orla da Praia do Coco (2012) como parte do projeto de mitigação dos impactos socioambientais pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), empreendedor da usina, observou-se a mudança no perfil do turista que antes da barragem vinha em busca das praias naturais e o contato com a paisagem e a natureza para *camping*. Consumindo produtos regionais e usando como transporte barcos para a travessia.

Um registro da intensa movimentação turística em Babaçulândia de uma década atrás, nas extintas praias e ilhas fluviais dessa região do rio, Tocantins encontra-se no relato de um antigo barqueiro da região: “Quando nós fazíamos a linha da Ilha de São José pra Babaçulândia tinha um centro comercial cheio de gente, na beira do rio Tocantins. Três a quatro mulheres trabalhando em restaurantes e o povo almoçando direto” diz um barqueiro da ABB-TO, entrevistado em 22 out. 2016, que complementa: “E agora, tem uma e é só pra tá lá mesmo, mas não vende nada, acabou o pessoal, o movimento diminuiu”.

Depois de 2010, com o enchimento do lago, o perfil do turista mudou para o excursionista, isto é, o visitante que fica menos de 24 horas no local de lazer. Além disso, com o lago artificial a atividade de transporte de passageiros se tornou obsoleta.

Por outro lado, o visitante que passou a frequentar o lago tem um novo perfil, em geral, são praticantes de esporte náutico, usam o lago para a prática de *jet-ski*, permanecem pouco tempo na orla, e trazem em suas próprias caixas térmicas alimentos e bebidas para o consumo. Lembra um barqueiro que “[...] antigamente, o pessoal vinha procurar os barcos para dar uma volta no lago, pescar o tucunaré, mas depois da construção da barragem, os caras têm dinheiro... compra o seu barquinho e coloca lá [no lago] e passa o dia no rio”. (J. P. F. M., entrevistado em 27 abr. 2015).

Desse modo, a construção de uma praia artificial às margens do lago da usina, mantendo a denominação de Praia do Coco, não foi suficiente para reativar a atividade turística na área urbana que agora tenta se estabelecer pelo segmento náutico, uma modalidade de acesso mais restrito, que requer maior planejamento, investimento em infraestrutura e qualificação para ser introduzido no município cujo turismo baseava-se na experiência da comunidade ribeirinha familiarizada com os recursos que o rio dispunha.

A maioria dos barqueiros e comerciantes locais afirmam que depois da barragem o comércio e a prestação de serviços entraram em declínio com o fim das praias naturais, além disso, o excursionista não movimentava a economia local, como explica outro barqueiro:

Como é perto eles vêm pra cá e aqui eles praticamente não deixam nada, trazem tudo de lá, né? Então, de certa forma é um turismo, um turismo que não tá trazendo muita fonte de renda pro município não. (D. P. R., entrevistado em 14 out. 2015).

Para mitigar as perdas dos barqueiros pela extinção da Praia do Coco, o Consórcio Estreito Energia viabilizou a doação de um prédio, sede da ABB-TO e um barco catamarã para o passeio dos excursionistas no lago, o que efetivamente não fomentou o turismo. Os associados, por sua vez, alegam prejuízos para a manutenção do barco e da sede.

A doação da sede da ABB-TO e da embarcação de dois andares, própria para passeios, foram veiculadas pelo Jornal *Conexão do Tocantins*, como sendo duas ações capazes de promover o turismo local e sustentável. Incorporando o discurso mitigador do Consórcio, a notícia seguia na mesma direção, ou seja, na expectativa de que essas ações compensatórias do empreendedor da UHE Estreito eram capazes de fomentar o turismo na região.

Esta ação, além de proporcionar o meio para que o desenvolvimento regional sustentável aconteça, gerará principalmente renda e ocupação para as pessoas deste município. O projeto Banzeiro do Lago também se estende a toda comunidade, que ganha um espaço para realizar atividades e capacitações desenvolvidas na sede, principalmente, para o turista que chega e encontra uma estrutura de primeira qualidade e ainda com alternativas de lazer e rotas turísticas por meio do passeio de barco. (*Conexão do Tocantins*, 5 jul. 2012).

Com a nova dinâmica do turismo local e a remodelação da orla, percebe-se o processo de exclusão dos barqueiros. Entrevistado em 2015, Sebastião Neto, presidente da ABB-TO declarou que não compensava abrir a Associação dos Barqueiros nos fins de semana quando tem visitantes na cidade porque ninguém os procura. Além disso, ele afirma que os turistas com interesse em fazer o passeio no catamarã, “[...] querem ter um lugar, uma prainha para ficar e não passar o dia todo só dando volta no lago. E isso não tem mais”. (Entrevistado em 14 out. 2015).

Na temporada de julho de 2016, o catamarã, embarcação administrada pela ABB-TO, fez apenas três passeios no lago, margeado pela Nova Praia do Coco. Para o presidente da ABB-TO, as tentativas de integração das atividades turísticas locais e expectativas criadas pelo consórcio da UHE Estreito não se concretizaram, mesmo com iniciativas e projetos, a exemplo do Barco Escola no qual o catamarã seria disponibilizado para uso das escolas locais três vezes por semana, e o

Remando no Lago, para realização de aulas de canoagem com caiaques, parcerias com a prefeitura que ficaram apenas no papel.

O lago artificial não mais comporta seus barcos, tornando-os obsoletos. Muitos barqueiros se viram na contingência de vender seus instrumentos de trabalho pela impossibilidade de navegar em virtude do perigo de naufrágio por causa das ventanias e marolas que provocam fenômenos conhecidos por banzeiros do lago. Com esse fenômeno, evidenciou-se uma perda de postos de trabalho para essa categoria que tinha sua fonte de renda no transporte de turistas na alta temporada.

Hoje mesmo, a minha canoa que eu trabalhava, que eu tinha ela, não consegue mais andar no lago. Vou comprar outra, de alumínio, que a de madeira, na hora que você bota, destapa com algodão, quando você bate, só arrancando o algodão e aí entra água de novo. Tenho que comprar outra, não aguenta não, é difícil. (J. C. M. S., barqueiro, entrevistado em 26 mar. 2015).

Essa é a realidade dos barqueiros que ainda estão em atividade na Praia do Coco. Um deles relata que o movimento diminuiu muito, apesar de ter investido em um barco melhor com motor mais potente para o transporte de passageiros.

É, serviço de barco a gente não tá encontrando mais, inclusive eu até comprei um barco melhorzinho, que na época que a gente trabalhava na praia, eu tinha uma canoa de seis metros com motorzinho de quinze, agora eu comprei um de vinte e cinco, uma canoa maior por causa do lago, do Banzeiro, também, né? (J. P. F. M., entrevistado em 27 mar. 2015).

Quando um lago artificial é formado, verifica-se um represamento considerável de volume de água. “A superfície do lago se torna mais extensa do que o leito normal do rio. A radiação solar sobre a superfície da água torna-se muito mais intensa, ocorrendo maior evaporação, bem como aumento de ondas causadas pelos ventos” (SOUZA, 2010, p. 21).

Também foram afetados pela barragem os construtores de embarcações que faziam transporte de passageiro. Um dos antigos construtores diz que depois da barragem passou a construir barcos de pesca. “Fabricava barcos, então com esse lago acabou a fabricação de barco grande, uma derrota, né?” (R. F. S., entrevistado em 25 mar. 2017).

“O turismo é importante pra Babaçulândia porque o turismo traz a felicidade, traz o dinheiro para a cidade.” (P. B. M., entrevistado em 23 mar. 2015). Os entrevistados, barqueiros e comerciantes locais são unânimes em afirmar que com barramento do rio Tocantins o município de Babaçulândia perdeu seu principal atrativo: as praias naturais, o comércio informal e a infraestrutura que mobilizava os turistas para o veraneio, acampamentos e shows na orla.

Os barqueiros estão abandonando a profissão e essa parece ser uma tendência, pois o Projeto Banzeiro do Lago que foi criado com investimentos do CESTE não teve continuidade depois que as obras do lago foram concluídas. Além dos barqueiros, uma rede de comércio informal, composta em maioria por mulheres que vendiam na praia geladinho, comidas e produtos regionais foi desarticulada. Atualmente, parte da população pobre impactada pela barragem perdeu trabalho e fonte de renda, sem perspectiva de reinserção diante da conjuntura socioeconômica pós-barragem.

Considerações finais

Na perspectiva de que as representações sociais são conhecimentos produzidos pelo senso comum que podem e devem ser considerados na mensuração da sustentabilidade turística, analisamos os depoimentos dos barqueiros atingidos pela UHE Estreito para verificar o potencial mitigador do turismo diante dos efeitos das transformações socioambientais provocadas pela UHE Estreito no município de Babaçulândia.

Nesse contexto, as representações desse grupo social não apenas expressam suas perdas materiais e simbólicas, mas os tornam porta-vozes das mazelas e dos anseios de uma comunidade atingida por barragem que tenta sobreviver às adversidades, buscando espaços de reinserção social.

Em que pese o potencial do lago para a exploração econômica do lazer, com a prática de esportes aquáticos, banho e recreação, favorecendo a introdução do segmento de turismo náutico, a substituição do ambiente natural pelo urbano mudou o perfil dos visitantes, descaracterizando o turismo tradicionalmente desenvolvido na região e afetou o ciclo de vida turístico, provocando seu declínio.

Tomando esse declínio como passivo socioambiental da UHE, pode-se afirmar que depois da primeira década da implantação do lago da UHE Estreito, as expectativas do turismo como mitigador das perdas decorrentes da presença da usina não foram alcançadas, considerando o cenário socioeconômico encontrado na cidade.

Seja pela constatação de que não foram atendidos os preceitos fundamentais do desenvolvimento sustentável, nas suas dimensões ambiental, social, econômica e cultural, seja pela visão de que o modelo de gestão turística que se delineia não indica condições reais de recuperação da atividade barqueira, bem como a incapacidade inserção de seus remanescentes, concluímos que o turismo orienta-se para a concentração de renda, a elitização espacial e a exclusão socioeconômica, tornando-se uma atividade insustentável no contexto do microcosmo analisado.

Referências

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n. 14, 1996.

AZZONI, C. R. Desenvolvimento do Turismo ou Desenvolvimento Turístico: reflexões com base em duas regiões atrasadas em São Paulo. **Turismo e Análise**, São Paulo, vol. 3 nº 1, ECA/USP, 1993

BARQUERO, Antônio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BURSZTYN, Ivan. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. São Paulo: Letra e Imagem, 2009.

CAMINO V., R. de; MULLER, S. **Sostenibilidad de la agricultura y los recursos naturales**. San Jose, Costa Rica: IICA/ GTZ, 1993. 133p. (IICA. Serie Documentos de Programa, 38).

CARDOSO, Univaldo Coelho et al. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2014. 48p. (Série Empreendimentos Coletivos).

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

_____ et al., Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: Turismo, sustentabilidade e meio ambiente. CORRÊA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria; ARNDT, Jorge Renato Lacerda. **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CRUZ, Silvia Helena Ribeiro. Turismo sustentável na Amazônia: o contexto de desenvolvimento endógeno. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (org). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 1, p. 198-231, jan.- abr., 2012.

LEFF, H. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2001.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS (CIMOS). **Cartilha de direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Programa Mapeamento de povos e comunidades tradicionais em Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica. GESTA/UFMG; PROEX/UFMG; MEC/SESU. S/D.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development: a report to the Balaton Group**. Hartland: The Sustainability Institute, 1998.

MONTEIRO, Rodrigo Rocha. O turismo em comunidades tradicionais faxinalenses: uma discussão sobre as transformações recentes no campo brasileiro e seus reflexos para as comunidades tradicionais. Mundo do trabalho, **Revista Pegada** – vol. 14, n. 2, p. 177-193. dezembro/2013.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Psicossociología del turismo**. España: Síntesis, 1996.

PARTIDÁRIO, M. R. Critérios para um turismo ambientalmente responsável. **Centro de Estudos de Planejamento e Gestão do Ambiente**. Caparica, 1999.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. (prefácio). Anderson Pereira Portuguesez; Giovanni de Farias Seabra; Odaléia Telles M. M. Queiroz (Orgs.). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Guia do desenvolvimento sustentável do turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introducción al turismo**. Madrid, Espanha: OMT, 1998.

REBOUÇAS, Lúcia Marcelino. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000.

SEPÚLVEDA, Sérgio et al. Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de los territorios rurales (El Biograma). Brasília: IICA, 2005.

SOUZA, Marcos Barros de. **Influência de lagos artificiais no clima local e no clima urbano: estudo de caso em Presidente Epitácio (SP)**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-08112010-162614/pt-br.php>. Acesso em: 01 nov. 2017.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó – Pará. **Turismo de base comunitária**. Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn (Orgs.). Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 249-260.

WTTC. World Travel & Tourism Council. Economic Impact 2015. **Travel & Tourism. World**. Londres-Reino Unido: 2015.

WWF Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. (Org. Sylvia Mitraud) Brasília: WWF Brasil, 2003.